

Formulário Principal Propostas

Data de Submissão: 13/01/2017 22:08:05

Local de Submissão: Plataforma SaphetyGov (www.saphety.com/saphetygov)

Estado da Submissão: Admitida

Referência do Procedimento: A-4/B-1/2017 Recuperação de receita fiscal no Município de Vila do Bispo

Entidade Adjudicante:

Referência da Proposta: 0.0

Código da Proposta: 361803

Lote(s) a que apresenta a proposta:

Tipo de proposta: Inicial

Prazo de Execução do contrato/obra (em dias):333 dias

Fornecedor	Pais	NIF	Valor da Proposta
Fiscompete Consultoria Fiscal Lda	Portugal	513128395	74999.0

Documento do ponto 5.1 do Convite

Modelo de declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos)

1 - *Pedro Nuno Figueiredo Duarte, titular do cartão do cidadão n.º 11354782, residente em Rua Professora Aurora Araújo Almeida, 24 – 4700-298 Braga, na qualidade de representante legal de Fiscompete – Consultoria Fiscal, Lda, NIF 513128395, com sede em Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, 17 – 5425-332 Vidago, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo ao procedimento de Recuperação da receita fiscal do Município de Vila do Bispo – Procedimento A-4/B-1/2017, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.*

2 - Declara também que executará o referido contrato, nos termos previstos nos documentos, que junta em anexo.

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;

c) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;

f) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do artigo 71.º da Lei 19/2012, de 8 de Maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos;

g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;

h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;

i) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência, não foram condenados por alguns dos seguintes crimes:

i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no nº 1 do artigo 2º da Acção Comum nº 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na acepção do artigo 3º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do nº 1 do artigo 3º da Acção comum nº 98/742/JAI, DO Conselho;

iii) Fraude, na acepção do artigo 1º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1º da Directiva nº 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento;

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Vidago, aos 13 de Janeiro de 2017

FISCOMPETE
Consultoria Fiscal, Lda"
A Gerência



Certidão Permanente

Código de acesso: 1220-4003-5174

A entrega deste código a qualquer entidade pública ou privada dispensa a apresentação de uma certidão em papel.(artº 75º, nº5 do Código do Registo Comercial)

NIPC: 513128395

Firma: FISCOMPETE - CONSULTORIA FISCAL, LDA

Natureza Jurídica: SOCIEDADE POR QUOTAS

Sede: Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 17, Vidago

Distrito: Vila Real **Concelho:** Chaves **Freguesia:** Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho Paranhos

5425 332 Vidago

Objecto: Actividade de consultoria fiscal, auditoria e contabilidade. Consultoria para os negócios e a gestão. Desenvolvimento de estudos de natureza fiscal e soluções de apoio à administração pública e à administração local. Outras actividades de serviços de apoio prestados às empresas e às pessoas. Formação profissional e não profissional. Desenvolvimento e comercialização de software conexo com as actividades descritas. Compra, venda e arrendamento de bens imobiliários.

Capital: 5.000,00 Euros

CAE Principal: 70200-R3

CAE Secundário (1): 84114-R3 **CAE Secundário (2):** 69000-R3 **CAE Secundário (3):** 68100-R3

Data do Encerramento do Exercício: 31 Dezembro

Forma de Obrigar: Com a intervenção de um gerente

Órgãos Sociais/Liquidatário/Administrador ou Gestor Judicial:

GERÊNCIA:

Nome: CARLOS HERNANE DA GUERRA RODRIGUES

NIF/NIPC: 137067828

Cargo: Gerente

Nome: AUREA FERNANDES SALVADOR RODRIGUES

NIF/NIPC: 137057895

Cargo: Gerente

Nome: PEDRO NUNO FIGUEIREDO DUARTE

NIF/NIPC: 204662095

Cargo: Gerente

Entidade com os documentos integralmente depositados em suporte electrónico.

Os elementos constantes da matrícula não dispensam a consulta das inscrições e respectivos averbamentos e anotações porquanto são estes que definem a situação jurídica da entidade.

Insc.1 AP. 31/20140526 23:39:36 UTC - CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE, DESIGNAÇÃO DE MEMBRO(S) DE ÓRGÃO(S) SOCIAL(AIS)

FIRMA: FISCOMPETE - CONSULTORIA FISCAL, LDA

NIPC: 513128395

NATUREZA JURÍDICA: SOCIEDADE POR QUOTAS

SEDE: Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 17, Vidago

Distrito: Vila Real **Concelho:** Chaves **Freguesia:** Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho Paranhos

5425 - 332 Vidago

OBJECTO: Actividade de consultoria fiscal, auditoria e contabilidade. Consultoria para os negócios e a gestão. Desenvolvimento de estudos de natureza fiscal e soluções de apoio à administração pública e à administração local. Outras actividades de serviços de apoio prestados às empresas e às pessoas. Formação profissional e não profissional. Desenvolvimento e comercialização de software conexo com as actividades descritas. Compra, venda e arrendamento de bens imobiliários.

CAPITAL : 5.000,00 Euros

Data de Encerramento do Exercício : 31 Dezembro

SÓCIOS E QUOTAS:

QUOTA : 2.450,00 Euros

TITULAR: CARLOS HERNANE DA GUERRA RODRIGUES

NIF/NIPC: 137057828

Estado civil : Casado(e)

Nome do cônjuge: Áurea Fernandes Salvador Rodrigues
Regime de bens : Comunhão geral
Residência/Sede: Travessa de São Frutuoso, nº 13, Real
4700 - 291 Braga

QUOTA : 2.450,00 Euros

TITULAR: AUREA FERNANDES SALVADOR RODRIGUES
NIF/NIPC: 137067895
Estado civil : Casado(a)
Nome do cônjuge: Carlos Hernane da Guerra Rodrigues
Regime de bens : Comunhão geral
Residência/Sede: Travessa de São Frutuoso, nº 13, Real
4700 - 291 Braga

QUOTA : 100,00 Euros

TITULAR: PEDRO NUNO FIGUEIREDO DUARTE
NIF/NIPC: 204662095
Estado civil : Casado(a)
Nome do cônjuge: Milena Iolanda Fernandes Salvador Guerra Rodrigues
Regime de bens : Comunhão de adquiridos
Residência/Sede: Rua Professora Aurora Araújo Almeida, nº 24, Real
4700 - 298 Braga

FORMA DE OBRIGAR/ÓRGÃOS SOCIAIS:

Forma de obrigar: Com a intervenção de um gerente

ORGÃO(S) DESIGNADO(S):

GERÊNCIA:

Nome/Firma: CARLOS HERNANE DA GUERRA RODRIGUES
NIF/NIPC: 137067828
Cargo: Gerente
Residência/Sede: Travessa de São Frutuoso, nº 13, Real
4700 - 291 Braga

Nome/Firma: AUREA FERNANDES SALVADOR RODRIGUES
NIF/NIPC: 137067895
Cargo: Gerente
Residência/Sede: Travessa de São Frutuoso, nº 13, Real
4700 - 291 Braga

Nome/Firma: PEDRO NUNO FIGUEIREDO DUARTE
NIF/NIPC: 204662095
Cargo: Gerente
Residência/Sede: Rua Professora Aurora Araújo Almeida, nº 24, Real
4700 - 298 Braga

Data da deliberação: 2014-05-26

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra
O(A) Ajudante, Alzira Marques da Oliveira

An. 1 - 20140526 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>.
Conservatória do Registo Comercial de Coimbra
O(A) Ajudante, Alzira Marques da Oliveira

Certidão permanente subscrita em 26-01-2015 e válida até 26-01-2019

Fim da Certidão

Nota Importante:

Não necessita de imprimir este documento. Pode dar o código de acesso a qualquer entidade pública ou privada, sempre que precise de apresentar uma certidão de registo comercial.

Exmo. Sr. Presidente

da Câmara Municipal de Vila do Bispo

RESPOSTA A CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

V/Referência – MGD836 / Procedimento A-4/B-1/2017

Recuperação da receita fiscal do Município de Vila do Bispo

Proposta de preço (nos termos da alínea a) do ponto 5.2 do Convite)

Pedro Nuno Figueiredo Duarte, na qualidade de representante legal de *Fiscompete – Consultoria Fiscal, Lda*, NIF 513128395, com sede em Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, 17 – 5425-332 Vidago, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos do procedimento relativo a **Recuperação da receita fiscal do Município de Vila do Bispo – Procedimento A-4/B-1/2017**, obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem a prestação de serviço de acordo com o estipulado no Caderno de encargos, até à data de 31.12.2017, em conformidade com os documentos patenteados no processo e pelo preço global máximo de € 74.999 (setenta e quatro mil, novecentos e noventa e nove euros), determinado nos termos do previsto nas cláusulas 8ª e 27ª do Caderno de Encargos. À quantia atrás referida acrescentará o IVA à taxa legal em vigor.

Taxas de remuneração propostas

Imposto	Percentagem
IMT	12,5 % da receita que vier a ser liquidada pela AT
IMI	<ul style="list-style-type: none">- Quando a receita adicional se referir a períodos de tributação anteriores ao ano da regularização – 12,5% da receita liquidada;- Se da regularização solicitada pelo Município de Vila do Bispo à Autoridade Tributária e Aduaneira, vierem a resultar liquidações superiores às que seriam efetuadas sem a implementação do presente serviço, e quando sejam relativas a exercícios posteriores ou iguais ao ano da regularização tributária – 25,0 % da receita adicional estimada para o primeiro período de tributação em que ocorra a regularização solicitada pelo Município de Vila do Bispo, decorrente da aplicação da última taxa de IMI que tiver sido fixada sobre a base tributável adicional;

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar descrito na legislação portuguesa em vigor.

Declara ainda que junta em anexo os documentos constantes no ponto 5. do convite supramencionado.

Com os melhores cumprimentos,

Vidago, aos 13 de Janeiro de 2017

FISCOMPETE
Consultoria Fiscal, Lda
A Gerência
Pedro Nuno Figueiredo Duarte

Exmo. Sr. Presidente
da Câmara Municipal de Vila do Bispo

ANEXOS DA RESPOSTA A CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Recuperação da receita fiscal do Município de Vila do Bispo – Procedimento A-4/B-1/2017

Para efeitos do disposto no ponto 5. do convite supramencionado, apresentam-se em anexo os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida pelo concorrente, conforme modelo constante no anexo I do CCP;
- b) Proposta de preço, tendo em conta as especificações técnicas do caderno de encargos;
- c) Descrição das tarefas a realizar;
- d) Certidão do registo comercial (Certidão Permanente – código de acesso 1220-4003-5174)

Com os melhores cumprimentos,

Vidago, aos 13 de Janeiro de 2017

FISCOMPETE
Consultoria Fiscal, Lda
A Gerência


Documento do ponto 5.2 do Convite

Proposta de Preço Total

*Pedro Nuno Figueiredo Duarte, titular do cartão do cidadão n.º 11354782, residente em Rua Professora Aurora Araújo Almeida, 24 – 4700-298 Braga, na qualidade de representante legal de Fiscompete – Consultoria Fiscal, Lda, NIF 513128395, com sede em Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, 17 – 5425-332 Vidago, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo ao procedimento de **Recuperação da receita fiscal do Município de Vila do Bispo – Procedimento A-4/B-1/2017**, declara que a sua representada se propõe executar o referido contrato, tendo em conta as especificações técnicas do caderno de encargos e nas seguintes condições financeiras – **Preço Total**:*

Remuneração sobre o valor das receitas liquidadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira dos impostos nos termos do previsto nas cláusulas 8ª e 27ª do Caderno de Encargos, com o limite máximo de 74.999 € (setenta e quatro mil, novecentos e noventa e nove euros), valor ao qual acresce IVA, à taxa de 23%.

Taxas de remuneração propostas

Imposto	Percentagem
IMT	12,5 % da receita que vier a ser liquidada pela AT
IMI	<ul style="list-style-type: none">• Quando a receita adicional se referir a períodos de tributação anteriores ao ano da regularização – 12,5% da receita liquidada;• Se da regularização solicitada pelo Município à Autoridade Tributária e Aduaneira, vierem a resultar liquidações superiores às que seriam efetuadas sem a implementação do presente serviço, e quando sejam relativas a exercícios posteriores ou iguais ao ano da regularização tributária – 25,0 % da receita adicional estimada para o primeiro período de tributação em que ocorra a regularização solicitada pelo Município, decorrente da aplicação da última taxa de IMI que tiver sido fixada sobre a base tributável adicional;

Vidago, aos 13 de Janeiro de 2017

FISCOMPETE
Consultoria Fiscal, Lda
A Gerência



Documento do ponto 5.3 do Convite

Descrição das tarefas a realizar

*Pedro Nuno Figueiredo Duarte, titular do cartão do cidadão n.º 11354782, residente em Rua Professora Aurora Araújo Almeida, 24 – 4700-298 Braga, na qualidade de representante legal de Fiscompete – Consultoria Fiscal, Lda, NIF 513128395, com sede em Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, 17 – 5425-332 Vidago, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo ao procedimento de **Recuperação da receita fiscal do Município de Vila do Bispo – Procedimento A-4/B-1/2017**, declara que a sua representada se propõe executar o referido contrato, relativamente aos impostos de IMI e IMT, mediante a realização das seguintes tarefas:*

- a) Promover o tratamento de todos os elementos fornecidos pelas diversas entidades públicas com atribuições na área de intervenção objeto do presente contrato, com relevância para a prossecução das tarefas a cargo do adjudicatário;
- b) Solicitar informação adicional às entidades supramencionadas por indicação para efeitos de monitorização, cooperação, colaboração e intervenção nos procedimentos tributários incidentes sobre os diversos impostos, a cuja receita o Município de Vila do Bispo tem direito nos termos da lei;
- c) Promover testes de conformidade às diversas liquidações de impostos, tendo em vista a identificação das situações tributárias geradoras de perda de receita fiscal para o Município de Vila do Bispo;
- d) Diligenciar junto dos serviços da Autoridade Tributária e Aduaneira a correção das liquidações que tiverem sido identificadas como geradoras de perda de receita fiscal;
- e) Monitorizar e quantificar a recuperação de receita fiscal, derivada das medidas implementadas no âmbito do presente contrato;

As medidas supramencionadas deverão ser implementadas previsivelmente em 3 fases:

Fase I – Recolha e tratamento dos elementos de informação – até 15 de fevereiro de 2017;

Fase II – Identificação das situações/factos tributários geradores de erosão tributária ao nível dos diferentes impostos para efeitos de comunicação/pedido de informação à Autoridade Tributária e Aduaneira – até 31 de Março de 2017;

Fase III – Comprovação pela Autoridade Tributária e Aduaneira da regularização tributária (correção das liquidações que se mostrem devidas) de 1 de Abril a 31 de Dezembro de 2017;

Vidago, aos 13 de Janeiro de 2017

FISCOMPETE
Consultoria Fiscal, Lda
A Gerência


